

O fundamento histórico ao poema *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa e o propósito da história da América portuguesa

MARCELA VERÔNICA DA SILVA

Universidade Estadual Paulista; UNESP/Assis-SP
(Brasil)

RESUMO:

A proposta de trabalho que se segue, tem por objetivo a apresentação de alguns indícios que permitam pensar em uma articulação entre a escrita do documento denominado *Fundamento Histórico* anexo ao poema *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa, e a Academia Brasílica dos Renascidos, agremiação baiana de 1759, da qual o poeta fez parte. Tal academia desfez-se em pouco tempo, logo após a prisão do seu diretor, o desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, acusado de espionagem e de não cumprimento das ordens régias. No Brasil, a Academia Brasílica dos Renascidos, apesar de sua curta existência, também exigiu do poeta a formação de uma rede de contatos e permitiu-lhe pôr em prática não apenas o seu lado historiador, mas também evidenciou seu lado poeta. Seu contato com outros homens das letras, facilitado pela filiação à academia, permitiu a criação posterior da Arcádia Ultramarina, que não era senão uma espécie de academia, porém de caráter mais informal, mas que também servia à história, às letras e aos interesses políticos da época.

PALAVRAS-CHAVE: *Fundamento Histórico*. Academia Brasílica dos Renascidos. Cláudio Manuel da Costa. Brasil Colonial.

ABSTRACT:

The aim of this paper is to rise some thoughts showing a possible connection of the text *Fundamento Histórico ao poema Vila Rica* to the association called Academia Brasília do Renascidos (Bahia's association established in 1759), in which Claudio Manuel da Costa participated, and an important institution of baroque-arcade transition in colonial Brazil. The academy was discontinued after a short time, soon after the arrest of its director, José Pacheco Pereira Coelho Mascarenhas de Melo, accused of spying and breaching of royal orders. In Brazil, the Academia Brasília dos Renascidos, despite of its short existence, demanded from the poet the formation of a contact network, and, at the same time, allowed him to put in practice both his historian and poet side. His connections with other authors, facilitated by their affiliation to the academy, allowed the creation of the Arcádia Ultramarina, which was a kind of academy, even if with a more informal nature, but serving still to the historical, literary and political interests of the time.

KEYWORDS: *Historical Foundation (Fundamento Histórico)*. Academia Brasília dos Renascidos. Cláudio Manuel da Costa. Colonial Brazil.

Data de recepção: 12/12/2012

Data de aceitação: 15/10/2013

O *Fundamento Histórico* de Cláudio Manuel da Costa foi publicado em 1813, antes, portanto, do poema *Vila Rica*, e constituía publicação independente, no número 4 do jornal *O Patriota*, que atribuiu a ele o título de *Memória Histórica e Geográfica da Descoberta das Minas, Extraída do Manuscrito de Cláudio Manuel da Costa, Secretário do Governo daquela Capitania, que Consultou Muitos Documentos Históricos, Existentes na Secretaria do Governo, e em Outros Arquivos*.

Em sua construção verifica-se a ocorrência de assuntos políticos, geográficos, históricos e culturais, que giram em torno de uma cronologia da história de Minas Gerais, desde a época das aparições das primeiras jazidas auríferas até o governo de José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco, sexto conde de Valadares, que assumiu o governo da capitania de Minas em 6 de dezembro de 1742 e permaneceu até 16 de novembro de 1792, governante contemporâneo ao poeta, portanto.

Os *Estatutos da Academia Brasília dos Renascidos* tratam da formação da agremiação letrada e dos deveres cabíveis aos acadêmicos e fornecem as bases para o entendimento, tanto do modelo de uma das

agregações mais bem organizadas do Brasil Colonial, como também para a compreensão da dimensão histórica, política e científica daquela época (século XVIII). A instituição, criada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, direcionava os objetivos da academia para que servissem como difusores das ideias iluministas que defendia.

O momento de criação da Academia Brasileira dos Renascidos no Brasil ocorre durante a reconstrução de Lisboa, em decorrência do terremoto de 1755. As novas construções portuguesas e o novo modelo de agregação no Brasil marcaram a transição de ideologias: o enfraquecimento da Escolástica e o advento do Iluminismo.

Para compor o grêmio Academia Brasileira dos Renascidos, uma das primeiras ações foi a de convidar «um grande número de pessoas mais dotas e egrégias»,¹ provenientes de diversas áreas. Com isso, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo poderia proporcionar às práticas acadêmicas um amplo campo de discussão baseado em pontos de vista distintos, uma vez que os integrantes executavam diferentes funções no espaço social da época.

A proposta de trabalho da Academia Brasileira dos Renascidos era a de compor ampla dissertação, uma História da América Portuguesa, que englobasse diferentes aspectos e áreas (antropologia, geografia, botânica etc). Deveria, como todo material de cunho científico, ser compromissada com a verdade, reforçada por comprovação documental. A escrita deveria partir da erudição dos mestres que compunham o corpo acadêmico, de seus conhecimentos de retórica circunstancial, pois era um meio eficaz de expressão, uma vez que explorava os critérios de persuasão para conferir consistência ao texto. Deste modo, o ponto de partida para a composição das dissertações eram documentos e fontes, e a comprovação baseava-se também no poder de persuasão do acadêmico.

Sua fundação teve propósito vinculado às ações reformistas de Sebastião de Carvalho e Melo em território colonial, uma vez que a escrita de cunho científico deveria ser praticada no âmbito dessas instituições. O diretor, José Mascarenhas, realizou o desejo dos eruditos de

1 Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos.

tornarem-se conhecidos fora do âmbito colonial e também de contribuir para dar continuidade aos projetos da academia anterior, a Academia Brasileira dos Esquecidos, que havia iniciado o projeto de compor uma História Universal da América Portuguesa. Assim, o maior desafio dos autores brasílicos era transformar a América em objeto de investigação.

Querendo mostrar seu empenho na organização da academia, os eruditos brasílicos aplicavam-se em uma tarefa considerada útil, e que, de certo modo, os destacava em relação aos homens da metrópole, pois estes, para demonstrar apoio ao rei, construíam estátuas. Já os acadêmicos da colônia partilhavam de uma ideia, em sua concepção, muito mais importante, que era a de construir uma História da América Portuguesa com o intuito de averiguar a verdade.

Percebe-se que a ideia de construir um documento historiográfico baseado na *verdade* e na *razão* já fugia um pouco dos propósitos voltados apenas ao elogio ou às descrições pessoais das crônicas. Tem-se, deste modo, uma postura marcada pela concepção ilustrada, cuja prática racional e de utilidade pública estaria sendo disseminada em terras brasílicas.

No dia 31 de outubro de 1759, segundo Souza (2011), o poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa recebeu cartas da Bahia, expedidas quatro meses antes, nas quais o secretário e dois censores da Academia Brasileira dos Renascidos o convidavam para integrá-la, na qualidade de sócio supranumerário, cargo que deveria ser ocupado por acadêmicos que moravam em outra cidade ou país. As reuniões da academia vinham acontecendo desde maio, inicialmente na casa do diretor (que se tornaria perpétuo, por unanimidade de votos) José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Em seis de junho havia ocorrido uma sessão de inauguração formal em Salvador, na Igreja dos Carmelitas Descalços.

Cláudio Manuel da Costa exerceria, segundo os documentos deixados pela agremiação, a função de sócio supranumerário na Academia Brasileira dos Renascidos, ou seja, seria uma espécie de correspondente, uma vez que os supranumerários não precisariam morar na cidade sede da academia e nem comparecer pessoalmente às reuniões. Sua tarefa, assim, seria a de escrever um capítulo sobre a história de Minas Gerais

para constar entre os demais escritos da História da América Portuguesa. As cartas que escreveu aos dirigentes da agremiação, aceitando e agradecendo a indicação do seu nome, comprovam o prestígio em ocupar o posto de sócio, pois mesmo doente Cláudio Manuel da Costa reuniu forças para aceitar as tarefas que lhe seriam impostas. Deste modo, é aceitável supor que o *Fundamento Histórico ao poema Vila Rica* tenha sido, indiretamente, fruto da Academia Brasílica dos Renascidos.

No Brasil, a Academia Brasílica dos Renascidos, apesar de sua curta existência, também exigiu do poeta a formação de uma rede de contatos e permitiu-lhe pôr em prática não apenas o seu lado historiador, mas também evidenciou seu lado poeta. Seu contato com outros homens das letras, facilitado pela filiação à academia, permitiu a criação posterior da Arcádia Ultramarina, que não era senão uma espécie de academia, porém de caráter informal, por não possuir registro de filiação à Arcádia Romana e Lusitana, mas que também servia à história, às letras e aos interesses políticos (locais) da época.

A respeito da rede de contatos estabelecida, Souza ainda afirma que Cláudio Manuel da Costa havia conhecido José Mascarenhas em Coimbra, mas, talvez as relações datassem de antes: João Pacheco Pereira de Vasconcelos, pai do José Mascarenhas, havia sido ouvidor de Ouro Preto em 1724, quando as famílias de ambos podem ter convivido. Certo é que Cláudio Manuel da Costa dedicava a Mascarenhas grande admiração, que registrou em uma das quatro cartas que escreveu no dia 3 de novembro. Nas demais agradeceu aos censores João Borges de Barros e João Ferreira de Bettencourt e Sá, aos sócios e ao secretário Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco. Nessas cartas, Cláudio Manuel da Costa aceitava o convite, jurava obedecer aos estatutos, defender a verdade da Imaculada Conceição de Maria –padroeira das academias portuguesas e luso-brasileiras– enviava uma pequena biografia, documento que constituiu um dos únicos documentos que trata de sua biografia.

Segundo Pessoti (2009), embora os letrados reunidos em torno do grêmio renascido não tenham lançado mão das práticas científicas em seu estágio mais avançado, e se possa falar em uma defasagem entre as propostas elaboradas pelos acadêmicos e suas concretizações, é

preciso considerar que os espaços de sociabilidade intelectual dentre os quais figurou a Academia Brasílica dos Renascidos, formam um campo de dinamismo e transformação científica e cultural. A academia, ainda que não tenha levado adiante todos os seus projetos, contribuiu para difundir práticas e saberes que se pautaram num cientificismo permeado por máximas ilustradas.

Nos *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos*, no que se referia à produção das obras históricas, havia a recomendação de que se estudasse a história geográfica e natural da colônia. Tais pesquisas evidenciam um esforço para conhecer melhor o universo natural que circundava os habitantes da América portuguesa. Nesse sentido, Cláudio Manuel da Costa deveria se responsabilizar por escrever sobre sua região. Na resposta à carta convite, ele pede tempo para desempenhar essa função, e a justificativa eram problemas de saúde. Porém, apesar de doente, ele trata logo de mostrar interesse, respondendo o mais rápido que pode (Souza, 2011: 148):

[...] apressara-se em responder por que não queria deixar sombra de dúvida sobre seu empenho em integrar aquela comunidade suprarregional; mas alertava que, daí em diante, as eventuais demoras das respostas às cartas não deveriam ser creditadas à displicência – já que se sentia honradíssimo – mas, às dificuldades de comunicação, sobretudo no período das chuvas, entre Minas e a Bahia.

O que fixou da academia foi a rede de sociabilidade letrada. Os acadêmicos fizeram com que as distâncias deixassem de ser impedimento e encontraram modos de se comunicar apesar das dificuldades em relação aos meios de transporte. Após o encerramento das atividades da academia, Cláudio Manuel da Costa continuou a se corresponder com os acadêmicos renascidos frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, segundo as afirmações feitas no *Fundamento Histórico*.

O *Fundamento Histórico* e suas fontes declaradas

O início do *Fundamento Histórico* introduz um fato significativo para a direção que o autor pretende dar aos seus relatos: trata-se do episódio de expulsão dos jesuítas, muito antes das ordens expressas dadas pelo Marquês de Pombal para que o diretor da Academia Brasileira dos Renascidos as pusesse em prática. O acontecimento referia-se à Bula de Urbano VIII, que em 1640 determinou a excomunhão a quem escravizasse indígenas. Assim, os colonos paulistas² se revoltam e expulsam os jesuítas, que retornam em 1643.

Referindo-se a este acontecimento, Cláudio Manuel da Costa afirma sua visão ilustrada e pombalina. Defendendo os paulistas, utiliza como um dos argumentos o posicionamento antijesuítico daqueles antes das ações da reforma ilustrada. Essa posição também era a mais aceitável entre os integrantes da Academia Brasileira dos Renascidos, pois, ao participar da agremiação, os acadêmicos mostravam-se favoráveis ao governo, reverenciando os feitos não só do rei, mas também de seu ministro e demais integrantes do topo do corpo místico. Assim, cabe enfatizar que tal aceitabilidade marcou a Academia Brasileira dos Renascidos.

Sua antecessora, a Academia Brasileira dos Esquecidos, de orientação escolástica, contava com uma maioria de clérigos e demonstrava, algumas vezes, ser contrária às práticas ilustradas. Exemplo claro desse dualismo de ideias são os poemas *Caramuru* e *O Uruguai*: o primeiro deixa transparecer sua ligação com a religião e com os dogmas defendidos pelo clero. Seu autor busca as fontes para a escrita do poema justamente na Academia Brasileira dos Esquecidos e conta com a ajuda de seus integrantes. O segundo poema, por sua vez, já afirma –até por ser fruto do contexto– ser adepto da nova mentalidade, a ilustrada, e fiel às ordens do ministro do rei, que estava no centro do poder. Percebe-se, assim, em sentido *lato* a mudança de foco do teocentrismo para o antropocentrismo.

2 Relativo a São Paulo, estado do Brasil, ou a seu natural ou habitante. No período colonial tomou parte em bandeira ('expedição') ao interior do Brasil.

Os próximos dois parágrafos são destinados à explanação sobre a obtenção das fontes para a escrita do documento. Assim, o primeiro nome que o autor cita é o do Coronel Bento Fernandes Furtado e o segundo é o de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (Costa, 1996: 360):

Entre os desta conduta deu um importante socorro o Coronel Bento Fernandes Furtado, natural da Cidade de São Paulo, que há poucos anos faleceu no Serro do Frio, tendo sido morador no Arraial de São Caetano, distrito da Cidade Mariana. Confiou ele do Autor em sua vida alguns apontamentos que fizera, e achando-os o Autor em muita parte dissonantes do que havia lido na História de Sebastião de Pita Rocha e outros escritores das cousas da América, procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das Câmeras e Secretarias dos Governos das duas Capitánias, São Paulo e Minas.

O Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme, natural também da mesma Cidade de São Paulo, e ali morador, de estimável engenho e de completo merecimento, remeteu ao Autor desde aquela Cidade todos os documentos que conduziam ao bom discernimento desta obra, e regendo-se o Autor por Ordens Régias, Cartas de Governadores e atestações de Prelados Eclesiásticos, e manuscritos desde a era de 1682 achados nos arquivos que foram dos padres denominados da Companhia de Jesus naquela Província, facilmente poderá desculpar-se se oferece ao público este Poema, sem o receio de ser insultado nas opiniões que sustenta, ainda quando mais contestadas de uns e outros sectários.

Cláudio Manuel da Costa em seu documento recorreu a dois elementos, contrastantes entre si: a *memória*, que teve como suporte as contribuições do Coronel Bento Fernandes Furtado, que lhe teria confiado, pouco antes de morrer, «alguns apontamentos» que fizera, e a *história*, possível graças ao auxílio de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que enviou ao autor documentos de teor incontestável, como as «ordens régias, cartas de governadores e atestações de prelados eclesiásticos, e manuscritos desde a era de 1682».

Segundo Lopes (1985), o *Fundamento Histórico* pode ser lido sem o poema. Mas antes da leitura do poema convém que seja lido o *Fundamento Histórico*. O autor afirma que o documento prepara o leitor para que ele compreenda a narrativa. Declara que, antes de ser o poeta de sua terra, Cláudio Manuel da Costa foi o seu Historiador, tanto é que construiu sobre os enredos da História a sua Poesia. Tradicionalmente, uma epopeia se baseia no mito ou na tradição (em menor grau) de relato de um determinado feito. Isso faz eternizar a memória. Entretanto, sem uma memória, o fato tende a cair no vazio. O historiador Cláudio Manuel da Costa, por seu turno, apoia-se em uma memória para compor seu poema.

Lopes (1985: 54) ainda aceita o fato de o poema ter sido escrito antes da *preliminação histórica*, funcionando como complemento às notas explicativas do poema.

[Cláudio Manuel da Costa] recorreu à tradição, «que conserva os feitos, e aos escritos de algum gênio curioso», «testemunha de vista» dos acontecimentos. Entre eles os já lembrados, Bento Fernandes Furtado e Pedro Taques de Almeida Paes Leme. O primeiro, Cláudio conheceu-o pessoalmente: «Confiou ele ao autor em sua vida alguns apontamentos, que fizera, [...]». Já o poeta verificou, a tempo, como as notícias de Bento Fernandes discordavam de outros autores e vai conferi-las com as de Sebastião da Rocha Pita e os documentos das Câmaras de São Paulo e Minas.

Os apontamentos a que se refere Cláudio Manuel da Costa constituem a narrativa intitulada *Notícias dos Primeiros Descobridores das Primeiras Minas de Ouro Pertencentes a estas Minas Gerais, Pessoas mais Assinaladas nestes Empregos e dos Mais Memoráveis Casos Acontecidos Desde os Seus Princípios*, publicada na edição crítica do *Códice Costa Matoso*, organizada pela Fundação João Pinheiro.

O primeiro documento que se refere a Albuquerque como um herói pacificador é a obra *História da América Portuguesa*, de Sebastião

da Rocha Pita (1730), citado como Sebastião de Pita Rocha por Cláudio Manuel da Costa. Albuquerque é colocado ao lado dos *emboabas*,³ como seu partidário, e suas ações consideradas honrosas, pois havia estabelecido a ordem em meio à tirania dos paulistas. Rocha Pita descreveu a passagem do governador pelas Minas como uma empresa destinada a «reduzir aquele grande número de súditos, que vagava sem firmeza, à vida urbana e política, erigindo as seis vilas cujos nomes deixamos já escritos». À exaltação da figura do governador pelos emboabas, que teriam mesmo rogado a sua intervenção em território mineiro, contrapõe-se a detração dos paulistas, descritos como os adversários de Albuquerque, ameaçado e maltratado por eles no encontro nas imediações da vila de Guaratinguetá.

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que o poema se impõe como contraponto crítico à obra de Rocha Pita, claramente contestado pelo autor, ele não deixa de validar o seu elogio aos feitos do governador Antônio de Albuquerque.

A *História da América Portuguesa* foi publicada em Lisboa pela Oficina de Joseph Antonio da Silva, em 1730 e pode ser considerada a primeira produção histórica do Brasil. A obra relata os acontecimentos ocorridos no Brasil desde o seu descobrimento, em 1500 até ao ano de 1724 e divide-se em dez partes/livros, constituindo-se numa crônica administrativa do Brasil.

Segundo Lima (2007), a *História da América Portuguesa* presuppõe a defesa de uma teoria da razão de Estado cristã. Apresentando-se como fidalgo portador de autoridade, Rocha Pita escreve uma dissertação histórica, na qual o Império Lusitano baseava a sua política na defesa prudente da «Verdadeira Religião»; mas atribui aos paulistas qualidades imprudentes, como a cobiça, a inveja, a insubordinação, a maledicência etc., defeitos que não poderiam ser aceitos por Cláudio Manuel da Costa para sua elaboração poética. Assim, há indícios de que Pedro Taques Paes Leme, contemporâneo de Cláudio Manuel da Costa,

3 Na época da colonização, «emboaba» referia-se a um qualificativo ou alcunha dada pelos paulistas, que descobriram e ocuparam as minas de ouro da região das Gerais, aos brasileiros das capitânicas do Rio, Bahia, Pernambuco etc. e aos portugueses, que chegavam atraídos pelo ouro.

baseia a invenção de sua história *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da Mesma Capitania*, publicada em 1771, nessa correspondência com Cláudio Manuel da Costa, e que o *Fundamento Histórico* pode ter sido a base para a invenção de outras histórias, como a do Frei Gaspar da Madre de Deus (1975).

Sebastião da Rocha Pita em sua *História da América Portuguesa*, buscou renovar as práticas eruditas desenvolvidas na metrópole no âmbito da Academia Real da História. Sua obra deve ser compreendida em um contexto de racionalização que perpassa o século XVIII. A história, nesse momento, atua com as funções de narrar e dar notícias. Porém, apesar de tentar se adequar a essa nova perspectiva de construção historiográfica, percebe-se ainda um vínculo temático voltado aos ideais escolásticos no que se refere ao seu posicionamento acerca da congregação religiosa renegada posteriormente por Pombal. Talvez, esse caráter de transição escolástica-iluminista esteja relacionado às múltiplas visões dos integrantes da Academia Brasílica dos Renascidos, que contribuíram com seus escritos para compor a dita história.

Segundo Moraes (2012) o teor da História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pita é (Moraes, 2012: 47):

[...] curiosamente objeto de polêmica atitude do acadêmico que, participante da Academia Real de História Portuguesa, como acadêmico correspondente ou supranumerário, ao lado de Gonçalo Soares da Franca (outro brasileiro da academia portuguesa), acaba por enviar como trabalho de sua autoria um conjunto de pesquisas realizadas pelos acadêmicos Esquecidos, ao longo de um ano de conferências e debates. Consta das *Actas da Academia Real de História*, em conferência de Novembro de 1725, a menção ao acadêmico supranumerário Sebastião da Rocha Pita, o qual entrega à agremiação portuguesa os resultados dos trabalhos realizados no Brasil

O episódio da expulsão dos jesuítas merece destaque no *Fundamento Histórico*. Tal fato ocorreu por iniciativa dos paulistas em 1640,

e foram restituídos (os jesuítas) em 1653 graças à intercessão de Fernão Dias Paes. Cabe nesse momento considerar que o relato histórico nunca é imparcial. Deste modo, quando Cláudio Manuel da Costa inicia sua dissertação colocando-se contra a *História da America Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pita por esta ser «tendenciosa» e transformar os paulistas em vilões, ele já define seu propósito de apresentar outra versão dos fatos e também se mostra inclinado para a defesa de um dos lados. Ocorre, assim, um ruído no documento: o relato de Rocha Pita é assumidamente escolástico (defende a congregação religiosa), sendo *criticado* por Cláudio Manuel da Costa, um ex-escolástico e neoclássico.

Cláudio Manuel da Costa continua seu relato, mostrando os hábitos dos paulistas e sua persistência, pois, mesmo sabendo que a Coroa já perdia as esperanças de encontrar metais preciosos, devido a décadas de procura frustrada, eles ainda continuaram suas incursões pelos sertões. Aproveitavam que precisavam adentrar as matas à procura de índios (para que servissem de escravos) e sondavam a região (Costa, 1996: 361).

Trabalharam incessantemente por adiantar os interesses do Real Erário e se gloriam de que fossem Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno de Siqueira os primeiros Paulistas que apresentaram as mostras do ouro das Minas Gerais ao Governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, pelos anos de 1695.

O *Fundamento Histórico* ainda menciona que o ouro teria sido encontrado em 1693 por Antonio Rodrigues Arzão, provavelmente cristão-novo, natural da Vila de Taubaté. Chegando à Capitania do Espírito Santo, apresentou a descoberta ao Capitão-Mor Regente e à Câmara. Deste ouro, duas memórias teriam sido feitas em forma de anéis, uma delas ficara com o Capitão-Mor e a outra com Arzão, fundamentando no poema o argumento do Canto II. Após falecer, Arzão deixa a Bartolomeu Bueno a tarefa de dar continuidade à exploração. Assim, em 1694 sai de São Paulo e vai até o Rio das Mortes. No caminho, para garantir

sua sobrevivência, planta milho, para colhê-los durante o retorno (Costa, 1996: 362):

Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido, saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, serra que de Vila Rica dista pouco mais de oito léguas: aí plantaram meio alqueire de milho; e porque o Sertão era mais estéril de caça que o do Rio das Velhas, para este passou Bartolomeu Bueno a tropa, enquanto madurava a pequena sementeira de que esperava manter-se, para continuar o descobrimento.

O retorno ocorre um ano depois e a ele juntaram-se outros sertanistas (Costa, 1996: 362):

No ano seguinte, que foi o de 1695, voltaram os referidos sertanistas a colher a sua planta, e entrando na Itaverava foram encontrados do Coronel Salvador Fernandes Furtado e do Capitão Manuel Garcia Velho e outros, conquistadores também do Gentio e povoadores das Vilas que ficam ao leste de São Paulo: já então trabalhavam com algum desembaraço os primeiros sertanistas, ajudados de um grande número de índios, que haviam cativado nos sertões do Caeté e Rio Doce; mas como lhes obstava a falta de experiência necessária, e não tinham instrumentos de ferro para a laboreação, apenas se contentavam com o pouco que podiam apurar em pequenos pratos de pau ou de estanho, servindo-lhes os mesmos paus aguçados de cavar a terra e descobrir os cascalhos, formações em que se conserva e se cria o ouro.

Cláudio Manuel da Costa narra ainda que Miguel de Almeida, explorador do grupo de Bueno, pediu ao Coronel Salvador Fernandes Furtado uma arma (clavina) em troca do ouro que encontrasse. O coronel recebeu, assim, doze oitavas de ouro, que usou para comprar duas

índias, mãe e filha, a mãe recebeu em batismo o nome Célia e a filha recebeu o nome Aurora. No poema esse episódio ganha vulto e às personagens acrescenta-se também Argasso (Costa, 1996: 363):

Quis Miguel de Almeida, um dos companheiros do Bueno, melhorar de armas, e propôs ao Coronel Salvador Fernandes Furtado a troca de uma clavina, dando-lhe por avanço todo o ouro que se achasse nos da comitiva; aceitou o Coronel a oferta, e dando-se busca ao ouro, se não achou entre outros mais que doze oitavas; recebeu-as o Coronel, e como Manuel Garcia Velho quisesse ter a vaidade de aparecer com todo aquele ouro em São Paulo, cometeu ao Coronel a venda de duas índias, mãe e filha, a preço das doze oitavas: conveio este no trato e compra das índias, as quais catequizadas, se batizou uma com o nome de Aurora, e outra com o de Célia. Desta última há notícia que faleceu há poucos anos na Vila de Pitangui, em casa de uma filha casada do dito Coronel, e aqui tem «Fundamento Histórico» o episódio de Aurora.

Depois de vender Aurora, o Capitão-Mor Manuel Garcia Velho entregou em Taubaté a Carlos Pedroso da Silveira o ouro que recebera como pagamento, adquirindo uma «glória falsa» uma vez que se mostrou descobridor daquele metal precioso. Por esse «falso feito» recebeu o cargo de Provedor dos Quintos.

Após esses episódios, Cláudio Manuel da Costa relata como se deram as fundações e descobrimentos de cada Vila: Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica de Ouro Preto, Sabará, Caeté (Vila da Rainha), Vilas de São João, Vilas de São José e Serro Frio (Vila do Príncipe) e em seguida relata como se deu a divisão das comarcas. Apresenta os governadores da capitania, detendo-se na história de D. Rodrigo de Castelo Branco, transformada no poema em fábula épica (Costa, 1996: 364):

E porque não é intento do Autor cansar ao Leitor com a multiplicidade dos nomes de tantos que têm a glória de descobridores, e apenas podem ser conhecidos dentro das suas famílias e pátria, e menos noticiar

individualmente os rios, córregos e serras que por sua ordem se foram descobrindo, de que tudo tem uma verídica e suficiente informação, só pelas datas dos tempos fará ver ao curioso quais foram aqueles que deram ao manifesto as faisqueiras mais avultadas em que hoje se acham criadas as Vilas do Ouro Preto, a Cidade Mariana, a Vila do Sabará, a do Caeté, a de São João d'El-Rei, a de São José e a do Príncipe no Serro do Frio, que fazem as cabeças das quatro Comarcas da Capitania das Minas Gerais.

Em seguida, o autor descreve a «série de governantes» que se sucederam na capitania de Minas Gerais (Costa, 1996: 364).

Tornando a série dos Governadores que ou entraram nas Minas, tendo anexas as Capitánias de São Paulo e Rio de Janeiro, ou que particular e separadamente as governaram, a que aludiu o Autor naquele verso - Fernando, Artur e D. Rodrigo, o morto - é sem dúvida que deixados alguns governos interinos de ordem d'El-Rei, ou sem ela, sucederam na administração das Minas Gerais todos os que se apontaram cronologicamente no Canto IX.

José de Miralles, sócio da Academia Brasílica dos Renascidos, também elabora uma enumeração dos principais governantes, vice-reis, capitães, tenentes, mestres de campo que desempenharam suas funções militares no Brasil. No episódio sobre a história militar, adota uma perspectiva diacrônica, partindo de 1549 até 1762. Segundo Pessoti (2009), a narrativa foi fundamentada em fontes utilizadas para confirmar as passagens e comprovar o discurso do autor. Recorrendo a esse procedimento, acreditava assentar sua história militar em bases fidedignas. A busca por esses documentos fez com que Miralles solicitasse ao rei que seu acesso fosse liberado a arquivos e documentos que facilitassem a confecção da obra. Esse procedimento comprova que a Academia primava pela *verdade* e, por isso, a escrita deveria ser fundamentada com documentos. Cláudio Manuel da Costa usa recurso similar ao de José Miralles.

Sobre a descrição do início do povoamento em Minas Gerais, Claudio Manuel da Costa passa a tratar da história do bandeirante paulista Manuel de Borba Gato, que fica encarregado por seu sogro Fernão Dias Paes de guardar uma reserva de pólvora e chumbo durante sua viagem ao Rio de Janeiro. Esse material deveria ser usado apenas após recebimento de ordens régias. Alguns dias depois da viagem de Fernão Dias, entretanto, o Governador D. Rodrigo chega à casa de Borba Gato acompanhado de alguns paulistas e pede a pólvora e o chumbo que estão sob seus cuidados. Borba Gato não entrega o material e inicia-se uma discussão que culmina na morte de D. Rodrigo. Fernão Dias, quando retorna, ajuda o genro a fugir com seus agregados e, assim, Borba Gato se tornaria o primeiro habitante dos arredores do rio São Francisco, enchendo de gado as suas margens (Costa, 1996: 364)

Estimulado contudo dos remorsos da consciência, cuidou em mandar dous Índios práticos a São Paulo a tomar alguma inteligência dos seus parentes sobre o estado em que se achava o seu crime; estes lhe facilitaram o acesso ao Governador Artur de Sá e Menezes, recentemente chegado àquela Capitania; falou-lhe Artur de Sá com afabilidade e lhe prometeu o perdão em nome d'El-Rei, contanto que ele fizesse certo o descobrimento que denunciava do Rio das Velhas.

Segundo Lopes (1985: 60), o episódio da morte de D. Rodrigo Castelo Branco exemplifica a fusão da história com o mito. D. Rodrigo, segundo o *Fundamento Histórico*, não é morto pelas mãos de Borba Gato (paulista), mas pelas mãos de seus agregados: «ainda que sem mandato expresso do Borba, foi morto D. Rodrigo nessa ocasião por uns pagens, ou bastardos, que viviam agregados a ele». Assim, Cláudio Manuel da Costa manipula a história e dá a ela sua interpretação, inocentando o paulista, que é perdoado por Albuquerque, garantindo seu direito às minas de esmeralda.

Outras versões da história relatam, segundo Lima (2007), que Borba Gato, alguns anos após sua fuga em decorrência da culpa pela morte de D. Rodrigo, enviou dois índios a São Paulo para pesquisar sua

situação. O governador concedeu-lhe perdão em nome do rei, contanto que reconhecesse o descobrimento do Rio das Velhas.

Após relatar sobre as descobertas de jazidas auríferas e citar alguns conflitos, Claudio Manuel da Costa passa a tratar das desordens motivadas pela luta por propriedade entre paulistas e forasteiros. Tais desentendimentos culminariam na Guerra dos Emboabas. Segundo Cláudio Manuel da Costa, dois religiosos foram os reponsáveis pelo aumento dos tumultos, pois monopolizavam o comércio de fumo e da cachaça, e queriam monopolizar também o comércio de gado. O nome dos religiosos não é citado, ao que tudo indica, por motivo de censura, mas o manuscrito presente na Biblioteca de Lisboa apresenta-os como sendo Frei Francisco de Menezes e de Frei Conrado.

Em seguida, Cláudio Manuel da Costa passa a relatar a injusta expulsão dos paulistas das Minas em 1709 e 1710, quando Manuel Nunes Viana, um dos mais ricos proprietários de lavras de ouro, reivindica e assume temporariamente o posto de Governador sem as ordens reais. D. Fernando Martins Mascarenhas, governador do Rio de Janeiro, diante da situação dirige-se ao Rio das Mortes. Viana, porém, desconfiado de que o governador vinha munido com armas, reúne uma multidão de pessoas para intimidá-lo. Diante da situação em que se encontrava, o governador pede oito dias para se retirar e parte para São Paulo para se reunir com os paulistas. Porém, quando chega, é informado da nomeação de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho para ocupar o seu cargo (Costa, 1996: 364):

Derramada esta voz pelas Gerais, se dispôs Manuel Nunes Viana a disputar-lhe a entrada; armou então de política e cortejo um grande número de homens de cavalo, e repartiu ordens por todos os distritos circunvizinhos ao Ouro Preto, que com pena de morte se aprontassem aqueles moradores para uma diligência. Chegava D. Fernando ao Arraial das Congonhas, distante oito léguas de Vila Rica, quando os que acompanhavam a Viana, avistando de longe ao Governador, clamaram em altas vozes: Viva o nosso Governador Manuel Nunes Viana, e morra D. Fernando, se não quiser voltar para o Rio de Janeiro!

[...]

Chegou ao Rio de Janeiro a frota de Portugal, e nela veio render a D. Fernando o Governador e Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, por patente datada em Lisboa em 23 de novembro de 1709.

Em seguida, o documento relata algumas das ações de Albuquerque (Costa, 1996: 364):

Prostraram-se aos pés de Albuquerque os rebeldes, e desculparam como lhes foi possível os seus crimes: o Governador os recebeu afavelmente, não querendo usar do poder e das ordens de que vinha fortalecido; seguiu a todos o perdão pela emenda que dessem a conhecer para o futuro; e não tardou a capacitar a Manuel Nunes e Antônio Francisco que não convinha a assistência deles nas Minas Gerais, por sossegar de uma vez o tumulto dos povos.

Retiraram-se com este conselho os dous para as fazendas que tinham nos Sertões: sossegou o povo com a ausência dos Patronos, e prosseguiu Albuquerque na criação das Vilas e estabelecimento da Capitania. Bem é de ver quanto suor e fadigas empregaria o prudente General em segurar o fim de uma tão escabrosa como interessante empresa. Foi ele o primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo; que pisou as Minas com luzimento e firmeza do caráter, em que El-Rei o pusera; que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar neste Continente o seu nome. Esta a heroicidade que lhe considera o Autor por virtude da qual o contempla digno do elogio com que honra Solis ao seu Cortês.

Albuquerque é aclamado por Cláudio Manuel da Costa no texto histórico, e considerado como «sempre ilustre Capitão! Daqueles que vagarosamente produzem os séculos, e de que há raros exemplos na História!» O que mostra que sua história mantém uma organização encomiástica semelhante à encontrada em outros textos acadêmicos, inclusive na obra de Sebastião da Rocha Pita.

O *Fundamento Histórico* compartilha a mesma matéria ou episódio histórico do poema épico *Vila Rica* e aparece, segundo Lima (2007) articulado à composição, mas a particulariza no quadro das letras luso-coloniais e corresponde a um trabalho de pesquisas e levantamentos de diversos temas, como, por exemplo, lendas referentes ao descobrimento do ouro, documentos que confirmam os conflitos entre paulistas e emboabas, fatos relacionados às fundações das cidades de Minas Gerais em 1640, ano em que os paulistas teriam expulsado de suas terras os jesuítas, e 16 de julho de 1768, data contemporânea marcada pela posse do conde de Valadares como Governador das Minas Gerais.

Apesar de o tempo da narrativa da ação principal corresponder ao período da viagem de Antônio de Albuquerque e a fundação da cidade de Vila Rica, a duração do *Fundamento Histórico* obedece ao período que compreende o poema de um modo geral, pois retrata a sucessão cronológica de todos os governantes da região de Minas Gerais até a época contemporânea ao poeta.

As ações dos bandeirantes, já haviam sido narradas em dois poemas épicos: *Brasilienses Aurofodinae* de Basílio da Gama, texto que permitiu ao poeta a entrada na Arcádia Romana e outro, sobre a descoberta das esmeraldas de autoria de Diogo Grasson Tinoco, enviado de São Paulo por Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Varnhagen (1850-1853), quando narra a participação de Fernão Dias Paes Leme na busca pelos metais preciosos e o recebimento, logo após a descoberta, de uma carta do rei de Portugal, menciona em seu *Florilégio da Poesia Brasileira, ou Coleção das Mais Notáveis Composições dos Poetas Brasileiros Falecidos* algumas instâncias do poema mencionado por Cláudio Manuel da Costa (Varnhagen, 1857: 68)

Fernão Dias, que até ali, bem que sertanejo, não dera maior importância aos seus serviços, ao ver-se assim honrado com a correspondência do Rei, a cujo conhecimento chegara a notícia de sua existência, cobrou brios, e obrou prodígios, e o resultado foi aparecerem logo na corte amostras de belas turmalinas de verde esmeralda, afogueados topázios, dos que ainda os joieiros chamam do Brasil, e tantas ametistas, que

estas pedras preciosas, começaram a deixar de o ser, por vulgares. Os serviços de Fernão Dias Paes chegaram até a ser cantados, por Diogo Grasson Tinoco, em um poema épico intitulado *O Descobrimento das Esmeraldas*, do qual possuímos apenas algumas estancias publicadas.

O poema de Grasson Tinoco é uma das fontes utilizadas por Claudio Manuel da Costa para constituir a sua história de Minas. Sobre o poema consta no *Fundamento Histórico* que «dá o autor uma idéia deste descobrimento, conforme o que leu em um Poema manuscrito de Diogo Grasson Tinoco, feito no ano de 1689; e mostra quanto trabalhou nesta empresa Fernão Dias Paes, natural de São Paulo» (Costa, 1996: 373).

Cláudio Manuel da Costa continua seu relato afirmando que (Costa, 1996: 374):

A 27 de setembro de 1664 cometeu o Senhor Rei D. Afonso VI a Agostinho Barbalho a empresa do descobrimento das esmeraldas, facilitando-lhe o fim deste negócio com uma carta, que escreveu o mesmo Senhor a Fernão Dias Paes, cujo zelo e capacidade já era bem conhecida naquela Corte, na qual lhe ordenava desse todo o socorro necessário para a conclusão deste particular. Esta carta fez tanta impressão no espírito generoso de Fernão Dias Paes, como se pode coligir da presteza com que satisfez as primeiras ordens que nela se continham, e bem o refere Diogo Grasson na oitava 27 do seu panagírico ao mesmo Fernão Dias.

E expõe os poucos versos do poema de Grasson Tinoco, os únicos de que se tem notícia (Costa, 1996: 374):

Lendo-a Fernão, achou que EI-Rei mandava
Dar-lhe ajuda, e favor para esta empresa,
E em juntar mantimentos se empenhava

Com zelo liberal, rara grandeza;
Mas porque exausta a terra então se achava,
E convinha o socorro ir com presteza,
Mandou-lhe só cem negros carregados
À custa de seus bens, e seus cuidados.

Explica ainda ao leitor as passagens do poema épico de Grasson Tinoco e as embasa com citações transcritas abaixo (Costa, 1996: 374-376):

Depois de passados alguns anos, tempo em que já estava no Trono o Senhor D. Pedro II, sabendo Fernão Dias que com a morte de Agostinho Barbalho não tiveram efeito as ordens que trouxera, se quis encarregar voluntariamente da execução delas, escrevendo primeiro a Afonso Furtado de Mendonça, Governador que era então daqueles Estados, e tinha a sua residência na Bahia, oferecendo-se-lhe para este fim com a sua pessoa, e com todos os seus bens: mandou-lhe Afonso Furtado uma patente de primeiro Chefe daquela empresa aos 30 de abril de 1672. Nos princípios do ano de 1673 se pôs Fernão Dias em marcha com vários parentes e amigos seus, demandando a altura em que Marcos de Azeredo fazia certo o descobrimento das esmeraldas, em cuja diligência sofreu trabalhos infinitos, como testifica o seu panagerista na oitava 35.

Parte enfim para os serros pertendidos,
Deixando a Pátria transformada em fontes,
Por termos nunca usados, nem sabidos,
Cortando matos, e arrasando montes;
Os rios vadeando mais temidos
Em jangadas, canoas, balsas, pontes,
Sofrendo calmas, padecendo frios
Por montes, campos, serras, vales, rios.

Desta sorte chegou à paragem chamada pelos naturais Anhonhecanhuva, que quer dizer água que se some, e entre nós tem o nome de sumidouro. Aqui se deteve Fernão Dias por espaço de quatro anos com pouca diferença, e fez várias entradas no Sobra Bussu, que val o mesmo que cousa felpuda, e é uma serra de altura desmarcada, que está vizinha ao Sumidouro, a qual chamam todos hoje Comarca do Sabará. Nela achou diversa qualidade de pedras, que por falta de prática se lhes não soube dar o valor de que talvez eram dignas. Da demora que aqui teve Fernão Dias, e do muito que aqui sofreu, teve origem a discórdia entre muitos dos seus companheiros, pois quase todos conspiraram contra a sua vida, e por último o deixaram só.

Vendo-se Fernão Dias neste desamparo, não esmorece, antes entra a cuidar na brevidade da sua derrota, com ânimo de buscar a endireitura chamada Vupabussu, que soa na nossa língua lago grande, e junto deste é que se supunham os socavões das esmeraldas. Achava-se Fernão Dias falto do necessário para adiantar o giro desta expedição. Escreve à Pátria e ordena à mulher não se lhe negue cousa alguma do que pede. Assim o diz a oitava 4 do seu elogio.

Isto suposto, já para a jornada
Manda à Pátria buscar quanto a seu cargo
Incumbe, pois que a fábrica guiada
Destruída se vê do tempo largo.
Determina à fiel consorte amada
Que a nada, do que pede, ponha embargo,
Inda que sejam por tal fim vendidas
Das filhinas as jóias mais queridas.

Com efeito chegou o postilhão, e trouxe consigo o que Fernão Dias pedia. Puseram-se a caminho e foram discorrendo por uma dilatada montanha, até que chegaram a Tucambira, que quer dizer papo de tucano, e deixando todo este espaço avassalado, partiram para a Itamirindiba, que é rio muito fértil de peixe e significa propriamente pedra pequenina e buliçosa. Aqui pararam por algum tempo, e se proveram de forma que lhes não fosse danosa qualquer invasão do Gentio: ultimamente buscaram o rumo do Norte, te que, depois de atravessarem uma parte dos Sertões incultos, chegaram águas do Vupabussu.

Aqui cuidou Fernão Dias logo em expedir cem bastardos dos que trazia, a fim de examinar a formalidade das terras circunvizinhas a este lago, a ver se achavam algum língua que os informasse melhor do que buscavam. Na verdade não se frustrou de todo esta diligência, porque sobre o cume de uma montanha, vendo os bastardos muita gente daquela que podia dar notícia das pedras pretendidas, investiram a ela, e apenas seguraram um que, sendo trazido à presença de Fernão Dias, mandou este que com toda a humanidade fosse tratado entre os seus. Era ele de um ânimo seguro, conforme o pinta Diogo Grasson na oitava 61.

Era o Silvestre moço valeroso,
Sobre nervudo, de perfidia alheio,
O gesto respirava um ar brioso,
Que nunca conhecera o vão receio:
Pintado de urutu vinha pomposo,
E o lábio baixo roto pelo meio,
Com três penas de arara laureado,
De flechas, de arco e de garrote armado.

Foi este o que descobriu os socavões de Marcos de Azeredo junto a um serro que corre do Norte para o Sul. Mas quanto não custou a Fernão Dias este descobrimento? Trabalhou sete anos nesta empresa. Foi-lhe preciso muitas vezes romper por todas as resoluções dos seus, que só o aconselhavam se retirasse para Itamirindiba, e deixasse para melhor tempo o descobrimento pretendido, certificando-o de que os matos circunvizinhos a Vupabussu exalavam de si um hálito pestilento, e que toda a sua demora ali não podia ser proveitosa. Ultimamente mandou enforcar à vista de todos os seus soldados um filho bastardo, que mais estimava, por lhe constar que conspirava contra a sua vida. Chegou enfim a ver o que tanto desejava, e fazendo-se na volta de São Paulo, donde era natural, não quis o Céu que ele tivesse a glória de apresentar ao seu Soberano o testemunho do seu zelo e da sua lealdade. Morreu junto ao Guaiaqui, que entre nós vale o mesmo que rio das velhas. Isto é tudo quanto sabemos do descobrimento das esmeraldas, sem que possamos afirmar o rumo, altura e os graus certos em que foram descobertas estas pedras.

O autor, além de citar a própria documentação-fonte utilizada, deixa também transparecer sua experiência pessoal. No *Fundamento Histórico* novamente, por exemplo, a origem documental é explicada, fazendo-se alusões também à tradição e à memória de possíveis testemunhas. Há uma clara preocupação em convencer o leitor da veracidade das informações contidas na obra. Por se tratar de empresa que exige fôlego, a composição do poema épico não dá conta, por si só, da matéria que narra. Por essa razão há um alongamento na exposição sobre os anos de colonização de Minas Gerais, e esse alongamento corresponde ao *Fundamento Histórico*, que contempla referências às fundações dos principais arraiais, divisão das Comarcas, descrição da série dos Governadores das Minas e descoberta das esmeraldas. Além dessa extensão responsável pela contextualização, as notas explicativas constantes no poema auxiliam o leitor a se situar, uma vez que são inseridas citações, explicações e justificativas. Assim, o autor serve-se de tantos complementos para sustentar o seu poema.

Considerações finais

Percebe-se a partir das leituras do *Fundamento Histórico* que a ideia de construir uma epopéia paralela, com temática voltada à descoberta dos metais preciosos, não constituía empresa original. Ao compô-lo o autor demonstra ampla pesquisa tanto em fontes documentais quanto em fontes literárias, o que permite que se estabeleça um diálogo entre esses dois gêneros.

A história pode ser encarada como algo *concreto*, mas que também pode conter aspectos ficcionais, por sua relação com a memória. Assim também o poema épico, que finca suas raízes em determinado momento histórico, elege personagens de igual procedência, mas constrói a narrativa em dois diferentes planos: o real e o mítico.

Cláudio Manuel da Costa, no texto histórico, deixou evidentes as marcas de sua passagem pela Academia Brasileira dos Renascidos. Além dos nomes de acadêmicos citados ao longo do texto, o poeta, como se observa, construiu sua argumentação com base em dados históricos e em coleta de impressões de testemunhas. Sabe-se que a prática acadêmi-

ca regia-se pela fidedignidade histórica, o que ajudava a caracterizá-la como agremiação ilustrada. Assim, tanto nas intenções quanto na prática, o autor mostrou-se adequado ao modelo de escrita acadêmico.

REFERÊNCIAS

- BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Trad. Nair de Lacerd.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul, 2007.
- CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das Notícias dos Primeiros Descobrimentos das Minas na América que fez o Doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em Fevereiro de 1749 & vários papéis*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro/CEHC, 1999. Mineiriana. Série Obras de Referência).
- COSTA, Cláudio Manuel da. Vila Rica. Domicílio PROENÇA FILHO (Org). *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto*. Artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et. al. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 61996.
- ESTATUTOS da Academia Brazilica dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a America Portugueza da qual ha de escrever a historia universal. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. IHBG.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo. Hucitec, 2004.
- LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazilica dos Renascidos*. Paris. E' Edition d'art gáudio, 1923.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.
- LIMA, Djalma Espedito de. *A épica de Cláudio Manuel da Costa, Uma Leitura do Poema Vila Rica*. São Paulo. USP, 2008.
- LOPES, Hélio. *Introdução ao Poema Vila Rica*. Juiz de Fora. Esdeva Empresa Gráfica, 1985.
- LOPES, Hélio. *Letras de minas e outros ensaios*. São Paulo. EDUSP, 1997.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira: Das Origens ao Romantismo*. São Paulo. Cultrix, 2001.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. Caramuru: a história em um poema épico brasileiro. Petar PETROV; Pedro Quintino de SOUSA; Roberto López-Iglésias SAMARTIM; Elias J. TORRES FEIJÓ (Org.). *Avanços em Literatura e Cultura Brasileiras. Séculos XV a XIX*. Santiago de Compostela; Faro. Através Editora; Associação Internacional de Lusitanistas, 2012, 43-57.
- PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar Manuscritos, e Convocar Escritores: O Discurso Histórico Institucional no Setecentos Luso-Brasileiro*. Salvador, 2009. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia.
- ROCHA PITA. Sebastião da. *História da América Portuguesa, desde o Ano 1500 do seu Descobrimento até o de 1724. [1730]*. Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, [s/d]. Coleção Reconquista

do Brasil, vol 32. Prefácio e Notas de Pedro Calmon. Apresentação de Mário Guimarães Ferri.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa. O Letrado Dividido*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. O Antigo e o Moderno na Obra de Cláudio Manuel da Costa. *Revista de História*. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092010000300007&script=sci_arttext> Acesso em 19 de dezembro de 2012.

VARNHAGEN, João Adolpho. *Florilégio da Poesia Brasileira, ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos (1850-1853)*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1850-1853.